

(Ac. TP-01438/30)
MVT/das

Embargos em ação rescisória de competência originária do Tribunal Superior do Trabalho. Desde que, na forma legislação processual em vigor, ao julgar procedente em parte a ação, o Tribunal condenou, por maioria, o Réu a pagar quantia em dinheiro a ser apurada em liquidação de sentença, os embargos, como recurso interposto em ação trabalhista, além das custas, que foram pagas, deveriam respaldar-se em depósito do valor da condenação, calculado na forma do art. 899, § 2º, da CLT, sob pena de deserção. Embargos não conhecidos, por deserto.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Ação Rescisória nº TST-E-AR-20/78, em que é Embargante ELVIRA DA GLÓRIA FERNANDES DE MELO e Embargado PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS.

Os presentes embargos - opostos contra decisão que julgou, por maioria, procedente ação rescisória de competência originária deste Tribunal Superior - partem da tese central de que a referida ação não poderia ter sido julgada procedente, por versar tese controvertida nos tribunais, a teor da Súmula nº 83, e porque a errônea ou má apreciação da prova não enseja rescisória, na forma do art 800, do Código de Processo Civil de 1939, aplicável ao processo trabalhista, por força do Prejulgado nº 49, que também, dessa forma, ficou ferido.

Admitidos e processados os embargos, em contra-razões, a Embargada argui deserção do recurso, por falta do depósito prévio do valor da condenação, que deveria ter sido feito com base no que preceitua o art. 899, § 2º, da CLT, especialmente porque, no caso, no julgamento da ação rescisória, foi imposta condenação em pecúnia à Embargante.

A douta Procuradoria Geral opinou pelo acolhimento da preliminar de deserção e, no mérito, pelo seu provimento.

É o relatório.

V O T O

Preliminarmente - Deve alterar-se a autuação. O empregador é o Embargante e a empregada é a Embargada, ao contrário do que consta na capa do processo.

Ainda preliminarmente - A preliminar de deserção em ação rescisória tem criado algumas dúvidas no julgamento deste Tribunal.

Tratando-se de ação rescisória, a jurisprudência deste Tribunal dispensa o depósito prévio estipulado pelo Código de Processo Civil de 1973, por incompatível com a característica do procedimento trabalhista.

Mas, outra é a questão quando se trata de depósito feito, não pelo Autor, para ajuizamento da ação, mas, sim, de depósito a cargo da parte vencida, que deve ser realizado a título de preparo, na forma do art. 899, da Consolidação.

O fato de a ação rescisória não estar capitulada - a não ser por mera referência que o admite - nos artigos da Consolidação não lhe tira a natureza jurídica evidente:

a) Ela pressupõe um conflito individual de trabalho;

b) É uma ação trabalhista.

Poder-se-ia, não obstante, dizer que não se pode, no caso, falar em depósito do valor da condenação, porque, na rescisória, não há condenação em pecúnia.

Não havia, corrija-se, pois hoje há. Basta atentar-se para a conclusão do r.acórdão embargado, a fls. "julgando procedente em parte a ação para condenar a empresa

Proc. nº TST-E-AK-12/79

ao pagamento do auxílio funeral e ao pecúlio post mortem como se apurar em execução."

Tratando-se da condenação de valor indeterminado e havendo sido dado à causa o valor de Cr\$ 5.330,00, para fins de custas, seria sobre esse valor calculado o depósito, na forma do art. 593, § 2º, da Consolidação.

A fls. 87, consta o pagamento das custas do processo, que é um dos dois requisitos essenciais do preparo dos recursos trabalhistas. Falta, porém, comprovação do depósito, o que se leva a acolher a preliminar e não conhecer dos embargos, por desertos.

I S T O P O S T O

A C O R D A M os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, não conhecer dos embargos.

Brasília, 28 de maio de 1980

Presidente

GERALDO STARLING SOARES

Relator

MOZART VICTOR RUSSOMANO

Ciente:

Procurador

CELSONO CARPINTERO

